

CORREIO NACIONAL



Paulo Pinto/Agência Brasil

Saiba os direitos de passageiros da Voepass

A situação dos passageiros da Voepass, que teve as operações suspensas nesta terça-feira (11), está sendo monitorada pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), para assegurar que os direitos dos consumidores sejam respeitados.

A decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de suspender as operações foi tomada após a empresa, formada pela Passaredo Transportes Aéreos e pela

Map Linhas Aéreas, não corrigir falhas nos sistemas de gestão e ocorreu após o acidente fatal em Vinhedo (SP), em agosto de 2024.

A Senacon recomenda que os passageiros que tiveram os voos cancelados entrem em contato diretamente com a Voepass ou com a Latam Airlines Brasil para informações sobre reembolsos e reacomodação em outro voo disponível. A Latam Brasil tem parceria comercial com a Voepass para a venda de passagens aéreas.

A popularidade do Pix

Seis em cada dez brasileiros usaram o Pix - sistema de pagamento instantâneo do Banco Central - ao menos uma vez por mês, durante todo o ano passado, para pagar contas ou transferir alguma quantia em dinheiro.

A constatação de técnicos do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclu-

são Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV) é parte do estudo Geografia do Pix, divulgado nesta quarta-feira (12).

A partir da análise dos dados de transações, os pesquisadores identificaram uma taxa de adesão nacional média ao sistema de pagamentos instantâneos da ordem de 63%.

Entrega do IRPF 2025

O prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2025 começa na próxima segunda-feira (17/3), às 8h, e termina em 30 de maio. A expectativa é receber 46,2 milhões de declarações neste ano, quase 3 milhões a mais que as 43,2 milhões de declarações entregues em 2024. Em entrevista à Voz do Bra-

sil, o Supervisor Nacional do Programa do IRPF, José Carlos Fonseca, esclareceu as dúvidas dos ouvintes e detalhou o assunto.

Para José Carlos Fonseca, uma das principais novidades deste ano está na solução on-line Meu Imposto de Renda (MIR), que passou por melhorias.

Pessoas com hanseníase

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, preparou um guia com perguntas e respostas sobre a concessão da Pensão Especial destinada a pessoas com hanseníase que foram vítimas de isolamento

compulsório.

O benefício, que está previsto na Lei nº 11.520/2007, foi regulamentado recentemente pelo decreto nº 12.312/2024 e pela Portaria MDHC nº 90/2025, que detalham os critérios para solicitação, os procedimentos necessários e também os direitos dos beneficiários.

YouTube endurece regras

O YouTube anunciou que, a partir de 19 de março, implementará mecanismos para bloquear conteúdos relacionados a sites ilegais de jogos de azar on-line. A medida vai ao encontro das denúncias feitas pelo Ministério do Esporte sobre influenciadores digitais que

promovem apostas com promessas enganosas de lucro fácil, sem alertar os usuários sobre os riscos envolvidos. De acordo com as novas diretrizes, os criadores de conteúdo da plataforma estarão proibidos de fazer referências ou direcionar espectadores para sites ilegais.

Comitês de equidade no país

O Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, tem promovido ações para a implementação de Comitês de Equidade no âmbito do Trabalho e da Educação no SUS. Inédita no país, a iniciativa tem como objetivo criar uma rede nacional para com-

bater as diferentes formas de violência e preconceito no mundo do trabalho. Atualmente, há Comitês de Equidade em sete estados brasileiros: quatro no Nordeste (Alagoas, Bahia, Sergipe e Paraíba); dois no Norte (Rondônia e Amazonas); e um no Sudeste (Minas Gerais).

Aumento de 225% nos julgamentos de feminicídio

Medidas protetivas a mulheres passaram de 580 mil em 2024

Wilson Dias/Agência Brasil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) registrou aumento de 225% nos julgamentos de casos de feminicídio em todo o país no período de quatro anos. O número faz parte do novo Painel Violência Contra a Mulher, lançado nesta terça-feira (11) durante sessão do CNJ.

Conforme o levantamento, o crescimento apresentou a seguinte evolução de processos julgados: 2020 (3.375); 2021 (5.351); 2022 (6.989); 2023 (8.863) e 2024 (10.991).

O conselho também registrou aumento de novos casos julgados, que passaram de 3,5 mil em 2020, para 8,4 mil no ano passado. A elevação também levou em conta os últimos quatro anos: 2020 (3.542); 2021 (5.043); 2022 (6.102); 2023 (7.388); 2024 (8.464).

Medidas protetivas

As informações do painel também mostram aumento do número de medidas protetivas concedidas com base na Lei Maria da Penha. O Judiciário brasileiro chegou a 582.105 medidas concedidas em 2024.

O tempo médio de análise da medida protetiva pelo Judiciário passou de 16 dias, em



O número faz parte do novo Painel Violência Contra a Mulher

2020, para cinco dias, no ano passado.

Avaliação

Na avaliação do presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, os dados são "estranhadores" e vão servir para a elaboração de políticas públicas de proteção às mulheres.

"É um número que cresce a

cada ano, o que revela a necessidade de proteção das mulheres pelo sistema de Justiça. Nós não podemos fechar os olhos, nem virar o rosto para esse problema", afirmou Barroso.

Lei do Feminicídio

No último domingo (9), a Lei do Feminicídio completou dez anos de vigência. Sancionada em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, a norma

inseriu no Código Penal o crime de homicídio contra mulheres no contexto de violência doméstica e de discriminação.

Em outubro do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.994/24 e ampliou a pena para quem comete o crime. A pena, que variava entre 12 a 30 anos de prisão, passou para mínimo de 20 e máximo de 40 anos.

Selo Betinho por ações contra a fome

Freepik



Belo Horizonte, Distrito Federal e Curitiba ganham selo

A Ação da Cidadania, uma organização não governamental (ONG), premiou as capitais de três unidades federativas do país com o Selo Betinho: Belo Horizonte, Curitiba e Brasília, que foram reconhecidas pelo conjunto de ações e políticas no combate à fome.

Noves capitais não reuniram condições mínimas para ganhar o selo: Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, João Pessoa, Fortaleza, Recife, Maceió e Goiânia. E 14 sequer enviaram documentos para a avaliação. Porto Alegre foi excluída do processo, porque ainda se recupera das enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em 2024.

Para receber o Selo Betinho, as cidades deveriam cumprir pelo menos 70% das 36 metas estabelecidas em parceria com o Instituto Comida do Amanhã. Entre as propostas, estão a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); a criação dos Conselhos de Segurança Ali-

mentar e Nutricional (Consea); a destinação de recursos para um Fundo Emergencial de Combate à Fome, além de investimentos em pesquisas e orçamento próprio para o Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae).

O propósito maior é indicar para a população quais capitais estão cumprindo as metas determinadas para que o Brasil saia do Mapa da Fome. As premiadas se tornam, assim, também referência para as demais.

"Como sociedade civil, estamos cumprindo com nosso exercício da cidadania ativa em contribuir com propostas efetivas de combate à fome e estimular o trabalho desenvolvido nessas capitais. Nosso objetivo é garantir que a população tenha acesso à alimentação adequada e saudável e que as políticas de segurança alimentar sejam fortalecidas e cumpridas", diz Ana Paula Souza, gerente de Participação Social da Ação da Cidadania.

O Selo Betinho será atualizado anualmente, sem custos para as cidades. A ONG informou que o objetivo é incluir, em breve, municípios menores na avaliação.

"Nosso foco está em colaborar com todos os municípios para que realizem um diagnóstico de como estão atuando para acabar com a fome e como podem melhorar esse processo através de ações integradas e não isoladas. Agir com transparência não apenas fortalece o controle social, mas também promove maior engajamento da sociedade, que, informada sobre a atuação de seu município e seus direitos, pode cobrar resultados de políticas públicas mais eficazes e permanentes", diz o diretor executivo da Ação da Cidadania, Rodrigo "Kiko" Afonso.

De acordo com a Ação da Cidadania, Belo Horizonte apresentou um conjunto de práticas implementadas no combate à insegurança alimentar e exemplos de transparência.

TSE

Candidatura do prefeito reeleito de Porto Seguro

Por 4 votos a 3, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou, na sessão de julgamento de terça, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) que deferiu o registro de candidatura de Jânio Natal, reeleito prefeito de Porto Seguro (BA) nas Eleições 2024. A maioria do Colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, ficando vencidos a ministra Cármen Lúcia e os ministros Floriano de Azevedo Marques e Ramos Tavares. No caso julgado, Jânio Natal já havia sido eleito para o cargo em duas cidades baianas diferentes: Belmonte (2016) e Porto Seguro (2020).

TCU

Combate ao assédio em universidades federais

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, na sessão plenária desta quarta-feira (12/3), auditoria que avaliou a existência e a eficácia de sistemas e práticas de prevenção e combate ao assédio em universidades federais. O trabalho faz parte do projeto Equal Futures Audit, da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle).

Sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz, a fiscalização (TC 007.263/2024-4) foi motivada pelo aumento de 44,8% no número de processos julgados na justiça sobre assédio sexual, entre 2021 e 2023.

STF

País vive 'epidemia de violência doméstica'

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, disse na última quarta-feira (12) que o Brasil vive uma "epidemia de violência doméstica".

A declaração de Barroso foi feita na abertura da sessão do Supremo.

Em discurso em alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no último sábado (8), o ministro citou os números da violência contra a mulher no país e disse que eles precisam ser enfrentados.

"Ainda temos uma epidemia de violência doméstica e de violência sexual contra as mulheres e precisamos enfrentar", afirmou o ministro.

STM

Primeira mulher toma posse na presidência

A ministra Maria Elizabeth Rocha tomou posse nesta quarta-feira (12) no cargo de presidente do Superior Tribunal Militar (STM), órgão máximo da Justiça Militar da União. Primeira mulher a ocupar o cargo em 217 anos de história do tribunal, a ministra terá mandato de dois anos.

A cerimônia de posse foi no Teatro Nacional de Brasília e contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira-dama, Janja da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, além de diversas autoridades dos Três Poderes.